

## **A HISTÓRIA AFRICANA NA SALA DE AULA: PENSANDO A FORMAÇÃO DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO**

**AFRICAN HISTORY IN THE CLASSROOM, THINKING ABOUT UNIVERSITY TEACHER TRAINING**

### **Nalva dos Santos Camargo SILVA**

<nalvacamargodelta@hotmail.com>

Mestra em Educação, Linguagem e Tecnologia pela  
Universidade Estadual de Goiás (UEG – UNUCSH), Anápolis, Goiás, Brasil  
<http://lattes.cnpq.br/4953011204757899>

### **Yara Fonseca de Oliveira e SILVA**

<yarafonseca09@gmail.com>

Doutora em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento  
pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Brasil  
Profa. Universidade Estadual de Goiás (UEG), Aparecida de Goiânia, Goiás, Brasil  
Profa. PPG Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias (PPG-IELT/UEG), Anápolis, Goiás, Brasil  
<http://lattes.cnpq.br/1269420694190937>  
<https://orcid.org/0000-0001-5725-478X>

### **Valtuir Moreira da SILVA**

<valtuir13@gmail.com>

Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG) Goiás, Brasil  
Prof. Universidade Estadual de Goiás (UEG), Itapuranga, Goiás, Brasil  
<http://lattes.cnpq.br/1894664063185289>  
<https://orcid.org/0000-0002-2788-5772>

### **José Elias PINHEIRO NETO**

<joseeliaspinheiro@gmail.com>

Doutor em Geografia Humana Universidade de São Paulo (USP), São Paulo Brasil  
Prof. da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Itapuranga, Goiás, Brasil  
Prof. PPG em Língua, Literatura e Interculturalidade (POSLLI), Cidade de Goiás, Goiás, Brasil  
<http://lattes.cnpq.br/5176979314704270>  
<https://orcid.org/0000-0001-9574-6451>

## **RESUMO**

Esta investigação objetiva tratar sobre o estudo da História africana no contexto da formação dos professores de modo a avaliar como a inserção da temática sobre a África é trabalhada nos cursos de licenciatura. O estudo é parte de uma proposta pedagógica empreendida no curso de História da Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária de Itapuranga a partir da disciplina de Temas de História da África, cuja abordagem vislumbra um entendimento crítico das relações estabelecidas pelos povos Africanos no território brasileiro, sobretudo a partir da última metade do século XIX, quando ocorre a abolição da escravatura. Este trabalho se justifica por promover um diálogo conjunto de áreas significativas das Ciências Humanas, como a História, a Sociologia e a Literatura, cujas vertentes trazem à tona importante contributo sobre a vida do negro na sociedade brasileira e os desafios destes no mundo do trabalho. Nesse entendimento, balizam nossa proposta, autores como: Munanga (2005), Gomes (2010) Hernandez (2005) e entre outros, cujas formas de análises dão ênfase à temática da formação de professores, em específico, pensando as questões sobre a história da África, sendo, para tanto, o aporte desta questão subsidiado pela Lei nº 10.639/2003. Diante desta proposta, espera-se que a discussão possa contribuir com novas abordagens sobre a história africana, bem como para pensar os desafios da formação docente no contexto das políticas públicas para a

educação e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nas instituições educacionais brasileira.

**PALAVRAS-CHAVE:** História Africana; Formação de professores; Ensino de História

## ABSTRACT

This research aims to discuss the study of African history in the context of teacher training, in order to assess how the insertion of the theme of Africa is worked in undergraduate courses. The study is part of a pedagogical proposal undertaken in the History course at the State University of Goiás – University Unit of Itapuranga based on the subject of African History Themes, whose approach envisions a critical understanding of the relations established by African peoples in Brazilian territory, especially from the last half nineteenth century, when slavery was abolished. The investigation is justified by promoting a joint dialogue of significant areas of the Humanities, such as History, Sociology, and Literature, whose strands bring to light an important contribution to the life of black people in Brazilian society and the challenges they face in the world of work. In this understanding, our proposal is supported by authors such as Munanga (2005), Gomes (2010), Hernandez (2005) and among others, whose form of analysis emphasizes the theme of teacher education, specifically, thinking about issues about African History, and the contribution of this issue is subsidized by Law no. 10.639/2003. Given this proposal, it is hoped that the discussion can contribute to new approaches to African History, as well as to think about the challenges of teacher training in the context of public policies for education and the National Curriculum Guidelines for the teaching of Afro-Brazilian and Indigenous History and Culture in Brazilian educational institutions.

**KEYWORDS:** African History; Classroom; Teachers Formation; University.

## INTRODUÇÃO

A abordagem sobre Temas de História pensando as populações Africanas no meio acadêmico, sobretudo nos cursos de Licenciatura, passaram a ser difundidas de maneira mais evidente a partir do ano 2000. Embora debates sobre a formação de professores com diretrizes específicas em relação ao negro e sua presença no território brasileiro já ocorressem, a maioria destes mostravam a condição do negro enquanto escravo e uma raça despossuída de conhecimento.

A partir de meados do século XX autores como Florestan Fernandes (1989) e Stoer e Cortesão (1999) introduziram reflexões mais singulares sobre as diferenças e semelhanças culturais dos distintos povos que habitavam o território brasileiro, salientando inclusive a inter-relação existente a partir do convívio e do compartilhamento cultural de diferentes povos. As colaborações destes pesquisadores contribuíram para pensar na discussão sobre os povos africanos, de maneira

menos arbitrária e sobretudo pelo viés do movimento negro que, grosso modo, imprimiu maior necessidade de se repensar a participação dos povos africanos na história do Brasil.

Com este entendimento, um número de trabalhos cada vez mais notáveis acerca da temática da História Africana, mormente no que se refere à formação social do professor, ganha espaços, impulsionando assim novas abordagens cuja finalidade era perceber o negro como sujeito ativo na construção da sociedade, da cultura, da economia e dos costumes do povo brasileiro. Dessa maneira, ocorre ao longo de todo o século XX e mais especificamente no início do século XXI seminários, congressos e simpósios, nacionais e internacionais que propunham refletir sobre o papel dos povos africanos no território brasileiro.

Diante desses movimentos nos quais os negros, sobretudo as populações oriundas da África estabelecidas no Brasil desde a colonização, vão gradativamente sendo estruturados, as atuações deles, ao longo de vários séculos, também vão sendo repensadas. Neste contexto, influenciado pelos debates sobre o negro, sua cultura e a participação social na formação da sociedade brasileira, este estudo vislumbra compreender a importância da formação docente no que se refere a uma maior vivência, bem como a percepção da cultura do outro, especificamente, os povos africanos no contexto da sala de aula.

Destarte a esta abordagem, o estudo desenvolvido tem como proposta subsidiar novas reflexões acerca da inserção do negro na cultura brasileira, tomando como ponto de partida a colonização e, a partir de então, avaliar como a Lei de número 10.639/2003, que trata do ensino de história e a cultura afro-brasileira, possibilita às instituições de ensino, no caso específico do Brasil, tanto de educação básica quanto superior, implementar em seus currículos disciplinas e conteúdos que instiguem novas formas de pensar e ver o negro na sociedade, na cultura e na formação do sujeito.

Para alcançar tal propósito, buscou-se em dois momentos tecer um debate mais acurado que potencialize-nos compreender a relevância cultural do negro na formação da sociedade brasileira e a partir de então dialogar sobre como a abolição reinventa a temática do negro no Brasil, mormente, no que se refere a participação deste na sociedade, cultura e no aspecto laboral. Assim, a primeira parte do texto, tece, a partir de uma revisão de literatura, uma análise

sociohistórica, tentando entender uma nova percepção sobre a História Africana e como esta é tratada pelas universidades, em específico no que se refere aos cursos de formação docente.

No segundo momento o estudo versa sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais e a Lei de número 10.639/2003, vislumbrando, a partir destes documentos, tecer um diálogo no qual o negro enquanto sujeito histórico, social e cultural é retratado pela Literatura, pela Sociologia e pela História e também por outras ciências. Necessário se faz tentar entender também quais os possíveis entendimentos apresentados pela supracitada Lei e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais que nos fazem repensar sobre a História Africana tanto nos ambientes acadêmicos quanto na sociedade.

### **BREVE HISTÓRICO SOBRE A ÁFRICA NA LITERATURA**

O presente estudo realizou-se a partir da revisão de literatura e da análise de documentos como a Lei de número 10.639/2003, cuja abordagem enfatiza a importância de se pensar a temática africana, sobretudo no que se refere a prática pedagógica e a formação docente. Assim, após a leitura e os debates realizados em sala de aula, com pesquisa voltada para temática da História da África, tentamos compreender algumas indagações que tratavam do papel desempenhado pelo professor ao ensinar história africana e como este poderia propiciar uma formação de acordo com o contexto social e cultural. Neste sentido, buscar uma abordagem que pudesse contribuir com uma melhor compreensão acerca da temática para que esta seja trabalhada de maneira mais eficaz nos cursos de formação de professores e, ainda, possa contribuir com a formação de novos docentes.

Além da revisão de literatura e da análise da Lei já citada, o estudo desenvolveu-se a partir da prática pedagógica durante as aulas, os acadêmicos em formação relatavam as preocupações em relação a forma pela qual os livros tratam a temática da história africana bem como os estudos empreendidos dentro da disciplina. Pela percepção dos acadêmicos, podemos constatar que a Lei deixa brechas que dificultam aos professores o ensino eficaz de uma temática ainda tão desafiante, considerando que, culturalmente, a população, de modo geral, ainda percebe o negro em uma condição de escravo, minorizada. De modo que tais discussões constituem um processo dinâmico, no qual considera-se o professor como um dos principais agentes e capaz de

introduzir uma capacitação contextualizada dos fatos, trazendo novas e importantes reflexões sobre o assunto.

Ao relacionar o proposto pela Lei de número 10.639/2003 e sua articulação com as Diretrizes Curriculares Nacionais buscamos avaliar como estes documentos se articulam na disciplina com tema de História da África. Esta busca se dá no sentido de oportunizar ao professor algumas propostas menos preconceituosas para pensar e compreender o negro enquanto sujeito social. Nesse sentido, a análise da Lei feita a partir de leitura, dos debates e dos seminários introduz novas abordagens às Diretrizes, trazendo o ensino de História para o centro dos debates e, de modo mais eloquente, para a universidade. Em conformidade com a legislação, a aprovação da Lei de número 10.639/2003 implementa ações para o diálogo, não somente sobre a mudança de foco minimizando a questão etnocêntrica implantada pelos europeus, mas também para trazer à tona a ideia de diversidade seja ela social ou cultural, vivenciando experiências múltiplas de cidadãos negros e constituindo de maneira ética novas vertentes de políticas públicas, sobretudo no contexto da sala de aula.

A análise destes documentos constitui uma releitura de muito das formas arbitrárias pelas quais ao longo de séculos as comunidades negras foram tratadas. Neste contexto, relacionamos a discussão com a disciplina de Temas de História da África, que foi inserida na matriz curricular a partir da sanção da Lei de número 10.639/2003, ao reconhecimento do negro na cultura nacional. Assim sendo, a articulação com a disciplina reitera a necessidade de pensar o negro a partir de sua diversidade bem como das inúmeras formas de sua participação na formação da sociedade brasileira. As Diretrizes Curriculares Nacionais, neste contexto, propalam a introdução desta temática, propiciando uma discussão mais coerente com a atual sociedade, em que os povos negros, por meio de movimentos, ressignificam sua forma de viver e contribuir com a diversidade cultural, étnica e religiosa dos cidadãos.

O trabalho a que se refere a disciplina Temas de História da África, em consonância com a base legal, subsidia as condições ideais para a implementação e o reconhecimento da diversidade entre as diferentes culturas que se entrelaçam no contexto social brasileiro contemporâneo. Este trabalho ampara-se nos debates acerca das questões raciais, da diminuição do preconceito e do

respeito a cada sujeito e sua cultura. Neste entendimento, a Universidade, ao promover uma formação docente que assegure o respeito e o reconhecimento da diversidade e da pluralidade de ideias, crenças e valores, sustenta, cotidianamente, a valorização dessa população bem como o ingresso, permanência e sucesso na educação escolar, assim como a valorização do patrimônio histórico-cultural afro-brasileiro, a aquisição das competências e dos conhecimentos tidos como indispensáveis para continuidade nos estudos em distintos níveis de ensino (BRASIL, 2004)

Assim, em relação à discussão apresentada, a Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária de Itapuranga, como parte estruturante da formação docente e plenamente em acordo com as novas abordagens sobre a implantação da temática da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, consolida discussões que embasam novas perspectivas do fazer docente. Exerce um trabalho de orientação com um viés teórico e prático que instigue as discussões sobre a diversidade, substanciada em reflexões que estejam assinaladas no respeito ao outro, pensando, para tanto, na cultura das populações negras e indígenas bem como outros povos que ao longo de nossa colonização se viram expropriados de seus direitos.

Como subsídio dessa discussão acerca da questão africana, a disciplina traz na ementa a necessidade de dialogar sobre a África, História da historiografia africana e Expansão do Islamismo na África; Os poderes centralizados nos Reinos e Impérios africanos; O Reino do Congo e a África Ocidental; Período pré-colonial africano compreendido entre os séculos VII e XV; Diversidade e dinâmicas internas; Os tráficos negreiros Colonialismo e descolonização; Escravidão, redes comerciais e o tráfico atlântico e a diáspora negra, Desenvolvimento de atividades de prática curricular que enfatizem o ensino e a pesquisa em História da África, além de outros temas que são de fundamental importância para que a formação docente, todos pautados pelo interesse e o respeito à diversidade. Nesse contexto, subsidiam estas discussões autores como: Hernandez (2005) e sua abordagem pela África na sala de aula, Bobou Hama e Ki-Zerbo (2011) em o lugar da história e Adeajavi (2010) com o tema a História Geral da África, além de outros que alicerçam nossa análise sobre a formação docente, pensando a questão africana.

Destarte a estas considerações acerca da disciplina e sua bibliografia, é salutar também tecer apontamentos sobre como metodologicamente esta foi trabalhada. Inicialmente a proposta é

que, por meio da explanação do professor, fossem implementadas atividades de debates nas quais um grupo desenvolveria a parte de observação e anotações enquanto os outros fariam a exposição. Nesse contexto, terminadas as falas, o grupo de observação passaria a fazer aportes teóricos sobre o texto, elencando temas ligados à percepção da África no contexto contemporâneo. Tais discussões serviram para mostrar que o diálogo sobre temas relevantes como estes podem ser realizados em forma de palestras para a turma. O que ocorreu, logo em sequência ao debate como proposta realizada durante a comemoração do dia do historiador, cujo tema foi o historiador e sua função no desenvolvimento da temática africana na sala de aula.

Diante dessa proposta de discutir a questão africana, pensando, para tanto, a formação docente, observamos que a universidade tem um papel *sine qua non* de, a partir dos debates de temas e conteúdos sobre a diversidade em consonância com a legislação, incluir nos currículos o Ensino de História Afro-Brasileira e Africana. Local em que se abre um leque maior de diálogos, possibilitando não apenas um resgate da história, mas uma revisão necessária sobre os séculos de escravidão e desigualdades sociais, políticas e econômicas em que os povos africanos, sobretudo, aqueles que, no Brasil, foram escravizados. Desse modo, a Universidade, no papel de formadora de conhecimentos, tem de, por meio da formação docente, ampliar as discussões de modo que estas propiciem novos debates sobre a questão africana e possa reiterar a necessidade de uma história que respeite a diversidade entre os povos.

## **POVOS DE ORIGEM AFRICANA, PRESENÇA, PARTICIPAÇÃO E HISTÓRIA**

*Quando os missionários chegaram à África, eles tinham a Bíblia e nós a terra. Disseram-nos: "Vamos rezar". Fechamos nossos olhos. Quando os abrimos, nós é que estávamos com a Bíblia e eles com a terra". Desmond Tutu (2015)*

A percepção do branco em relação ao negro, desde a colonização, representa, grosso modo, uma forma hostil de tratamento propiciada pelo viés positivista, que até o segundo quartel do século XX, e porque não dizer até mesmo no século XXI e nos dias de hoje, circundou no cenário educacional, não somente no Brasil, mas em distintas nações, onde ser negro ainda significa ser escravo. Neste contexto, a colonização, vista sob o olhar do europeu, significou um momento de

forte pressão na qual se distinguiram dois grupos étnicos em que a expressão cultural, foi, ao longo da história do Brasil, de sobreposição do branco para com o negro.

Oriundos de distintas partes do território africano, muitas das populações que habitaram o território brasileiro, a partir do século XVI, eram majoritariamente trabalhadores escravos trazidos para o Brasil por meio do tráfico. Sua vida neste país envolveu episódios de trabalho, exploração e discriminação, além de também representar para o homem branco a principal mão de obra pela qual o país se construía. Sobretudo no que se refere à questão econômica, que era a mola propulsora na qual a produção se firmava para assegurar o enriquecimento dos senhores de engenho brasileiro.

Junto com essa realidade, a ‘chegada’ do negro representa historicamente o início de uma fase bastante profícua para o colonizador, que se apropriando do tráfico de escravos fez surgir no Brasil um cenário ideal para a implementação do tráfico, gerando assim um negócio rentável para os europeus, que desde o início do século XVI tinham nos entrepostos comerciais sua principal atividade.

Fato é que, desde o início do século XVI, o cenário econômico da Europa não era mais o mesmo e obrigava os europeus a um empreendimento de novas atividades que possibilitasse maior segurança econômica diante do resto do mundo. É durante esse período que a ‘descoberta’ do Brasil e conseqüentemente sua colonização se dão de modo a fortalecer o comércio, mormente o de escravos, que durante mais de trezentos anos movimentou o atlântico e a corrida por novos e rentáveis investimentos além mar. No Brasil, de maneira específica, o tráfico de escravo ocorre como mecanismo para substituir a mão de obra indígena que não propiciava o lucro esperado pelo colonizador. Nesse entendimento, conforme assevera, Florentino (1997, p. 72)

Os escravos africanos chegaram para substituir, maciça e continuamente, a mão-de-obra indígena nas lavouras de cana-de-açúcar do nordeste e posteriormente na mineira e agropecuária do sudeste. Sua maior rentabilidade compensava o alto custo do investimento, de modo que comércio de seres humanos africanos foi uma das atividades mais rentáveis para os europeus, tanto que os entrepostos comerciais na África foram duramente disputados pelas potências europeias ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII. O comércio de homens, os escravos, acabou se tornando o item de maior peso nas importações coloniais.

É a partir da escravidão e do tráfico que os negros são percebidos na história do Brasil, sobretudo porque constituíram, desde os anos de 1530, a força motriz que a colonização se efetivava e a partir da qual se implementa a economia açucareira, que durante séculos movimentara o país. O negro neste contexto representava apenas o meio para a consecução de objetivos maiores, como o enriquecimento do europeu estabelecido no Brasil a partir da colonização e o fortalecimento do latifúndio, questão esta que perdura até os dias de hoje.

A presença do negro escravo na sociedade, na economia, cultura e em outros setores revela-nos importantes momentos nos quais se pôde constatar, ao menos numericamente, a superioridade da raça negra. Dessa maneira, a grande influência social e cultural do negro sentida desde os primeiros momentos de sua chegada, a presença do negro no Brasil, ressalta também um processo de formação multirracial do qual a sociedade não pode fugir. Nesse entendimento, vale salientar que ao ser composto por diversas populações, cujas características também são múltiplas, o território brasileiro amechou ao longo de sua formação uma vasta riqueza cultural, que constitui a memória social do povo.

Como parte de um processo em que a memória do passado nos ajuda a ter melhor percepção dos fatos, as reflexões sobre a cultura negra fazem parte de temas de suma relevância para a formação social, cultural e educacional de um povo. Deste modo, ao falar sobre a memória como um processo intimamente ligado a questão cultural de um povo e como ponto de partida para a compreensão dos fatos, Munanga (2005, p. 16) assevera que:

O resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não interessa apenas aos alunos de descendência negra. Interessa também aos alunos de outras descendências étnicas, principalmente branca, pois ao receber uma educação envenenada pelos preconceitos, eles também tiveram suas estruturas psíquicas afetadas. Além disso, essa memória não pertence somente aos negros. Ela pertence a todos, tendo em vista que a cultura da qual nos alimentamos quotidianamente é fruto de todos os segmentos étnicos que, apesar das condições desiguais nas quais se desenvolvem, contribuíram cada um de seu modo na formação da riqueza econômica e social e da identidade nacional.

As considerações do autor mostram, grosso modo, que o debate sobre a temática do negro nos conteúdos escolares propicia às crianças, adolescentes e adultos novas formas de ver e de pensar o negro, pensar sua presença, e, ainda, a sua participação na formação do território

brasileiro. Dessa maneira, um ponto significativo apresentado pelo autor revela que culturalmente a influência do negro em nossa sociedade faz com que embora brancos e negros apresentem formas de vida diferentes, suas culturas estão entrelaçadas e se multiplicam de forma coletiva.

## **A FORMAÇÃO DOCENTE E UNIVERSIDADE: MECANISMOS PARA PENSAR A HISTÓRIA AFRICANA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR.**

A variação no processo formativo em todos os níveis e etapas de ensino tem sido repensado pelas instituições de ensino, mormente no que se refere à proposta de refletir sobre temas e conteúdos que cotidianamente são retirados do debate, ou tratados de maneira superficial nos cursos de licenciatura. Dessa maneira, traz à tona mudanças relacionadas diretamente ao ensino, ao currículo e a formação de professores. Nesse entendimento, a Lei nº 10.639/2003 (BRASIL, 2010, P. 87)

uma lei de tal força política e pedagógica faz parte de um processo mais amplo de mudança estrutural na escola. Por isso, estamos desafiados a tratar a obrigatoriedade do ensino da História da África e da Cultura Afro-Brasileira na educação básica com o mesmo profissionalismo e seriedade com que tratamos as outras discussões, temas e questões sociais, políticas e históricas presentes no campo educacional e escolar.

A partir da vertente trazida pela referida Lei, percebe-se que cada vez mais se torna necessário promover uma implementação de atividades dentro da formação docente que colabore com a formação de professores e professoras críticos/as para que consigam, de maneira gradativa, trabalhar com temas substanciais como este dentro do meio acadêmico. E, desta forma, perceber como o entendimento acerca da construção de determinadas sociedades geralmente subalternizadas por muitos grupos étnicos e diferentes culturas foram edificadas, a exemplo da cultura afro-brasileira e conseqüentemente da história indígena que também adquire espaços cada vez mais distintos em nossa sociedade e, de modo geral, no ambiente escolar. A proposta é promover uma educação que seja libertadora.

Na esteira destas discussões, ao pensar a importância do ensino de História também na formação docente Ferreira (2007, p. 17) salienta que

A inclusão da História e Cultura Africana e Afro-brasileira no currículo lhes remete inicialmente ao desafio da necessidade de análise permanente de como as fronteiras raciais e éticas vão sendo produzidas no interior de nossos currículos e de nossas práticas pedagógicas, principalmente em um país em que o mito da democracia racial é tão forte.

Percebe-se mediante a abordagem das autoras que ao inserir nos currículos escolares a disciplina de História e Cultura Africana é fundamental que tanto professores quanto alunos estejam melhores preparados no sentido de assumir uma postura em relação a cada cidadão, e inclusive aos cidadãos negros e negras. Nesse contexto, conforme aponta Gomes (2010, p. 48) “é indispensável que o professor precise de uma formação inicial ou continuada que reconstrua e valorize os aspectos históricos, culturais onde os conteúdos trabalhados estejam adequados com a realidade do nosso país”. Tal perspectiva, salienta a relevância das instituições formadoras que, de modo substancial, subsidia o desenvolvimento de atividades que reflitam sobre a participação e a efetiva presença da cultura trazida pelo povo negro.

Cabe salientar, porém, que as discussões acerca desta temática nem sempre estiveram plenamente inseridas nos programas de formação docente, e nem nos currículos da educação básica. Contudo, esforços contínuos de diferentes grupos, assegurados pela Lei 10.639/2003 e respaldados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/1996, cuja proposta abrange a implementação de ações envolvendo diferentes debates acerca da formação e conseqüentemente sobre a importância de se pensar de forma menos impregnada de preconceitos nossas instituições de ensino, apresentam novas formas de se pensar sobre a temática.

Destarte a essa perspectiva, as instituições de educação superior, de maneira específica a Universidade estadual de Goiás, Unidade Universitária de Itapuranga, busca em sua proposta formativa ampliar o debate com professores e professoras já formados para estabelecer ações que vislumbrem cotidianamente o reconhecimento da importância de se possibilitar uma formação contextualizada. E que seja viável a compreensão sobre cada área de ensino, sobretudo se rompermos com os problemas que até a atualidade são tratados como algo de pouca importância na formação do futuro docente.

Um dos propósitos que nos impele a pensar a Universidade como espaço de debate e também de romper com os conceitos antecipadamente adquiridos e também de estimular um

preparo formativo mais contextualizado ao professor, propiciando melhor condição para que ele possa atuar. Assim sendo, é significativo perceber que a abordagem de Mortari (2015, p. 12) que:

Romper e contestar a ideologia e preconceitos instituídos na sociedade brasileira, através de uma pedagogia antirracista. Isto porque, estudos recentes sobre desigualdades e pobreza no Brasil apontam que a negação da contribuição histórica dos africanos (e seus descendentes) pode ser considerada fator de exclusão e produção de desigualdade.

Diante desta percepção apresentada pela autora, resta-nos dizer que a formação docente é um importante mecanismo para trabalhar diferentes concepções vividas e percebidas sobre o negro e seu papel na sociedade, garantindo que os novos docentes possam de maneira gradativa contribuir com o preparo de grupos distintos de nossa sociedade composta por negros, indígenas, brancos e pardos, convivendo de maneira harmoniosa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo, hora realizado, pretendeu abordar a história da África no contexto da formação de professores universitário. Nesse entendimento, observou-se que de maneira gradativa a implementação das atividades que preparam o professor em formação, bem como a adequação dos currículos deve ser vista, pela instituição de ensino, como um processo necessário e viável, sobretudo pensando a realidade dos nossos cursos de graduação.

Nesse contexto, uma formação alicerçada por conteúdos e temas capazes de preparar o professor para um exercício da docência, considerando que ao longo de sua trajetória o professor adquire experiências diversas, se faz necessário. Assim, podendo também propiciar uma formação adequada aos alunos, permitindo perceber as mudanças sociais e compreender como a escola e as instituições de educação superior possam superar os resquícios de uma formação autoritária na qual o papel do negro não seja tão menosprezado.

## REFERÊNCIAS

ADEAJAVI, José Falcão. *História Geral da África*. História da África da pré história a história contemporânea. Brasília, Unesco, 2010.

BOUBOU, Hama; KI-ZERBO, Joseph. Lugar da história na sociedade africana. In: KIZERBO, Joseph (dir.). Metodologia e pré-história da África. São Paulo: Ed. Ática, 1982 (História Geral da África: I).

BRASIL, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República. *Relatório de Gestão 2003-2006*. Brasília. 2006. contemporânea. Brasília, Unesco, 2010.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília: MEC/ SEF, 2004.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003

FERNANDES, Florestan. *O. significado do protesto negro*. São Paulo: Cortez. 1989.

FERREIRA, Cleia Maria, da Silva. Formação de professores à luz da história e cultura afro-brasileira e africana: nova tendência, novos desafios para uma prática reflexiva. *Revista ACOALFAplp: Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua portuguesa*, São Paulo, ano 3, n. 5, 2008. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/reaa/article/download/11516/13284/0>>. Acesso em: 18 junho 2019.

FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

GOMES, Nilma Lino. A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03. In: MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria (Org.). *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas*. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

HAMA, Boubou, KI-ZERBO, J. *Lugar da história nas sociedades africanas*. Vol. 1. Paris; Ática. 2011.

HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula – visita a história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005.

MUNANGA, Kabengele. *Superando o Racismo na Escola*. 2ª ed. revisada. – Brasília: MEC/ SECAD-Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e diversidade, 2005.

MORTARI, Claudia. *Introdução aos estudos africanos e da Diáspora*. Florianópolis: Editora DIOESC. 2015.

STOER, S.R.; CORTESÃO, L. *Levantando a pedra: da pedagogia inter/multicultural às políticas educativas numa época de transnacionalização, Afrontamento*. Porto: Afrontamento. 1999.



*Submissão: 18 de maio de 2019*  
*Avaliações concluídas: 22 de maio de 2020*  
*Aprovação: 05 de julho de 2020*

### COMO CITAR ESTE ARTIGO?

SILVA, Nalva dos Santos Camargo; PINHEIRO NETO, José Elias; SILVA, Valtuir Moreira da; SILVA, Yara Fonseca de Oliveira. A História Africana na sala de aula: pensando a formação do professor universitário. *Revista Temporis [Ação]* (Conexões Multidisciplinares em Educação). Cidade de Goiás; Anápolis. v. 21, n.1, p. 1-14, e-210101, jan./jun., 2021. Disponível em: < <https://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/issue/archive> >. Acesso em: < inserir aqui a data em que você acessou o artigo >